

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA SALA DE AULA: ESTRATÉGIAS PARA A CONSTRUÇÃO E A NEGAÇÃO DO EMPODERAMENTO DAS MENINAS

Marilia Pollyana Gomes Vanderley¹

Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns – pollyanavanderley@gmail.com

Resumo

Neste artigo, discutimos a construção do empoderamento das meninas no trato as relações de gênero na prática pedagógica docente em sala de aula. Para embasamento teórico, dialogamos com diferentes autoras e autores que tratam do objeto de estudo. Pesquisa com abordagem qualitativa é um estudo de caso e para coleta de dados, utilizamos o método da observação e entrevista. Participaram da pesquisa, docente e discentes do ensino fundamental nos anos iniciais. Os resultados mostram que a concepção de gênero da professora rege uma prática que através da equidade, o empoderamento da criança menina vai sendo significado.

Palavras-chaves: Prática Pedagógica, Empoderamento das meninas, Gênero.

1 - INTRODUÇÃO

Há um movimento de concepções de ensino que tradicionalmente têm visado uma homogeneização da escola, das educandas e dos educandos, não levando em consideração nas práticas pedagógicas o respeito às diferenças entre os gêneros. A legislação vigente em nosso país garante como princípio básico a democracia e a igualdade de todas e todos perante a lei. No campo das políticas educacionais, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (9.394/96), orientam para uma educação não sexista, não racista e inclusiva.

No entanto, as crianças fazem parte de um grupo que sofre violência física, psicológica e social, sendo exploradas por suas vulnerabilidades, sendo esses fatores ainda mais potencializados quando nos referirmos às crianças meninas. Decorrendo de um processo histórico, a escola e a sociedade, muitas vezes, tendem a tratá-las como inferiores, geralmente menosprezando suas opiniões e desejos mesmo dentro de suas capacidades, mantendo posições/pensamentos de desigualdades no trato as crianças meninas, por vezes negligenciando a elas o direito à liberdade de pensamento e autonomia.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns.

Diante dessa realidade, devemos questionar sobre os diversos desafios para o enfrentamento da violência de gênero contra as meninas, refletir sobre o lugar ocupado por elas no imaginário social e trabalhar as questões de gênero desde a infância são caminhos possíveis para a busca da equidade de gênero e para o enfrentamento das violências e vulnerabilidades que acometem essa população. Não bastam apenas leis, é necessário que haja mudanças de mentalidades e das práticas pedagógicas, para que se construa uma sociedade mais justa e igualitária, combatendo a discriminação e o preconceito. “O quem somos vai se constituindo através das relações com os outros, com o mundo dado, objetivo” (CARLOTO, 2001, p.201), a construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais.

Percebendo em alguns casos a desvalorização da criança menina em suas atitudes, pensamentos e comportamentos, nos questionamos, como mesmo em meio à ascensão dos estudos de gênero, ainda há uma resistência em lidar com a construção da identidade das crianças e se desprender das representações sociais historicamente construídas? As frases, “sai daí, isso é brincadeira de menino” ou, “isso não é coisa de mulher”, expressam em muitos casos, uma lógica de desvalorização da inteligência e do potencial da criança menina, propagando uma ideologia que reforça a ideia de superioridade masculina. Privar os sujeitos infantis do conhecimento e de experiências é uma forma de negligência, uma atitude que subestima a capacidade intelectual e transformadora delas e deles enquanto indivíduos e indivíduos socioculturais e políticas/os que são.

É ainda na infância que as marcações de gênero são constituídas, em algumas situações específicas, tais marcações podem acarretar condições desfavoráveis e vulnerabilidades, que acompanham toda a trajetória de vida de todas e todos. Madeira (1997), alerta para a necessidade de superação desse paradigma, entendendo gênero enquanto categoria social, portanto, construída pela cultura e pelas práticas sociais.

Partindo do pressuposto que as docentes e os docentes têm concepções de gênero que influenciam na prática pedagógica, ou seja, através de sua prática docente, as professoras e os professores, podem oportunizar uma educação com sentido emancipador e com isso contribuir para a desconstrução e construção da identidade e realidade cotidiana de meninas e meninos. Assim, as meninas e meninos perceberão que estão tendo visibilidade e conseguindo conquistar sua autonomia e a partir do momento em que tiverem conhecimento de suas capacidades/habilidades, irão se sentir pertencentes aos espaços em que estiverem inseridas e inseridos, com isso, professoras e professores contribuem também em encorajá-las e encorajá-

los a dividirem os espaços de modo que suas experiências individuais e coletivas sejam respeitadas.

Podemos pensar o empoderamento das meninas como alternativa para o enfrentamento das desigualdades de gênero, como potencializador para que as meninas, mas também outros sujeitos, como os meninos, as famílias, as escolas e demais agentes e espaços de socialização, compreendam como as desigualdades são profundas nas sociedades, no sentido de constituir papéis culturais de gênero dicotômicos.

A pertinência em abordar o enfoque de gênero, a partir da análise da “criança menina” e como a escola tem se posicionado frente aos processos de emancipação delas nas experiências do cotidiano na instituição escolar, é pertinente, visto o impacto que as definições de papéis que se iniciam na infância, fundamentam a construção das identidades acerca do “quem devem ser e fazer” (é esperado/cobrado que toda menina seja calma, estudiosa, organizada, etc). Porém, “as identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação” (LOURO, 1997, p.27).

É bem verdade que muitas meninas aprendem e reproduzem o que é socialmente aprovado e ensinado a elas e frequentemente comportam-se de modo esperado, mas, na contramão, temos meninas subvertendo essa ordem e lutando pela construção de sua identidade, essas meninas nos mostram que é possível vivenciar/experimentar uma educação produzida por diferenças, mesmo que isso se constitua em um grande desafio.

A dificuldade em compreender o empoderamento vem com a recusa em aceitar o comportamento subversivo que vai contra a lógica pressuposta de meninas calmas e estudiosas. As meninas empoderadas desafiam as normas sociais e as coloca em discussão, mostra, por suas ações, que a desvalorização infantil são construções sociais que também acontecem no espaço escolar, como destaca Faria e Finco (2011) ao tratar das desigualdades na escola:

Educação reprodutora que didatiza o lúdico, patologiza a infância e reduz a educação ao ensino. E como pretexto da democratização do conhecimento ensina-se um conteúdo conformista, sexista, racista, classista, adultocêntrico, homofóbico, dito neutro, para todas as crianças, sejam elas de elite, das camadas populares, negras, indígenas, brancas, trabalhadoras (p.14).

No que tange ao espaço escolar, vemos que essa educação normalmente é praticada, pois a visão sexista de mundo está enraizada nas pessoas e também nos espaços de educação, vemos claramente através dos livros didáticos que ainda pouco trazem sobre as mulheres

importantes na história, na literatura e nas ciências em geral, na separação de meninas e meninos nas brincadeiras, na imposição do comportamento que cada uma e cada um deve ter em sala de aula, entre outras situações.

Diante disso, destacamos a importância em acompanhar como o processo de empoderamento infantil, sobretudo o empoderamento das meninas está sendo percebido nas escolas. Buscamos fazer essa análise a partir de elementos nos posicionamentos da docente. Para tanto indagamos: Como as práticas pedagógicas contribuem para o empoderamento ou fragilização das meninas? Dessa maneira, temos como objetivo geral: analisar a prática pedagógica docente no trato das relações de gênero em sala de aula. E, como objetivos específicos: investigar se as práticas contribuem para o empoderamento ou fragilização das crianças meninas e identificar a concepção da professora acerca das relações de gênero.

2 - METODOLOGIA

Entendendo esta pesquisa como de natureza do campo social, pois nela tratamos das subjetividades nas relações das e dos agentes sociais no campo das relações de gêneros vividas socialmente, iremos desenvolvê-la a partir de uma abordagem qualitativa, pois, essa abordagem, “[...] se aprofunda no mundo dos significados. Esse nível de realidade não é visível, precisa ser exposta e interpretada, em primeira instância, pelos próprios pesquisados” (MINAYO, 2006, p.22). Em geral, as investigações que se voltam para abordagem qualitativa têm como objeto situações complexas e ou particulares. Ainda segundo Minayo (2015), a pesquisa qualitativa:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. [...], pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (p.21).

Optamos pelo estudo de caso que é definido como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p.32). Sua principal característica é o estudo aprofundado, levando-se em consideração a compreensão do assunto investigado (FACHIN, 2006). Refere-se ao levantamento de determinado caso ou grupo, sob todos os seus aspectos, o estudo de caso reúne informações detalhadas, que visam apreender uma determinada situação e descrever a complexidade de um fato.

Já a entrevista aberta, por nós adotada, nos permite a tomada mais ampla de compreensão do entendimento do entrevistado, sobre o problema em questão, numa entrevista, “[...] o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões” (MINAYO, 2015, p.64).

E é na busca por tentar compreender e interpretar as relações de gênero na sala de aula através da prática pedagógica docente para o empoderamento ou fragilização das meninas, temos como campo de pesquisa uma escola pública que oferece o ensino fundamental em seus anos iniciais no Município de São João/PE. O início da pesquisa se deu através de um levantamento junto a Secretaria de Educação do município para localizar essas escolas.

Após isso, optamos por uma turma do 3º ano, pois nela, identificamos um número expressivo de meninas em comparação com outras turmas das demais escolas visitadas, a turma escolhida é composta por vinte e uma (21) crianças com idades entre oito (08) e nove (09) anos, sendo doze (12) meninas e nove (09) meninos, entendemos que esse elemento, contribui para os resultados da nossa investigação.

Como categorias a serem analisadas, elencamos os posicionamentos da docente em relação aos conflitos entre meninas e meninos em sala de aula e as estratégias de aprendizagem para a liberdade de expressão nos pensamentos/comportamentos por parte das meninas. A docente é graduada em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia, tem 34 anos, e a sete (07), vem desenvolvendo seu trabalho na área da educação, sendo um (01) ano em turmas do EJA (Educação de jovens e adultos) e a seis (06) está nos anos iniciais do ensino fundamental, onde segundo a mesma, tem preferência em trabalhar.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme discutido anteriormente através da prática pedagógica docente percebemos as estratégias para fortalecer ou fragilizar o empoderamento das crianças meninas. Ao investigar como a prática pedagógica docente é aplicada no trato às relações de gênero em sala de aula, tomamos por base as observações e a entrevista realizadas, que nos mostram os elementos e estratégias da professora frente às situações presenciadas durante a pesquisa.

Observamos na situação descrita abaixo, que será nomeada de situação 1, que o posicionamento da professora frente a um conflito ocorrido na sala de aula contribui nesse momento para a fragilização da criança menina.

Enquanto a professora conversava na porta com uma visita, um estudante fazia barulho (cantava alto) e bagunçava os materiais didáticos que ficam dispostos numa mesa num canto da sala. Uma estudante menina, nitidamente incomodada, fala: - *Deixe de barulho, pare de atrapalhar a aula.* Nesse momento, a professora entra na sala, observa e informa que irá reiniciar a aula, pede que o estudante organize o espaço e volte para o seu lugar, a estudante menina se expressa apenas dizendo: - *“É!”* O que pode ser compreendido como um reforço às palavras da professora. O menino não gostando do posicionamento da colega, se utiliza de comportamento agressivo e ameaçador ao se dirigir a ela falando: - *Não se meta, não é dá sua conta, vou lhe dá um murro* (frase seguida do gesto simulando a ação). A professora se posiciona contrária a ação do menino, dizendo: - *É assim que se fala com a “colega?!” Não se deve, não podemos dar murro em ninguém.* Em seguida, o menino se direciona ao seu lugar, sem cumprir a ordem inicialmente dada pela professora e reforçada pela estudante menina, de organizar o espaço.

É nítido que o menino ao ameaçar a colega, cria uma nova situação tirando assim o foco da ordem dada pela professora e assim não se evidencia o empoderamento da menina de enfrentamento ao menino, fazendo com que a professora se detenha a resolver essa nova situação, que se sobrepõe a anterior. Dessa forma, o enfrentamento da menina não surte efeito algum o que abre precedentes para novas situações.

A soberania do menino é evidenciada a partir do momento em que ele não faz o que reforça a menina, se mostrando detentor do poder. Em contrapartida, o comportamento empoderado da menina não é exitosa e acarreta no seu silenciamento a partir da ação da professora, que terminou por encerrar o assunto ao perceber o recuo do menino, ou seja, tornou-se viável não voltar a discussão, ficando em suspenso a resolução do problema central.

Analisando aqui o posicionamento frente aos conflitos entre meninas e meninos na sala de aula, notamos como a atitude da professora, ao recuar e não tentar efetivamente uma resolução com um posicionamento mais objetivo na situação 1, deixou naquele momento de contribuir para o empoderamento da menina, através de seu posicionamento de enfrentamento ao menino, “é importante que meninas e mulheres desenvolvam as capacidades de ser discordantes, audaciosas e enérgicas, sem querer agradar os outros o tempo todo” (AUAD, 2017, p.72), mas para que isso ocorra, é preciso haver subsídio, oportunidades e segurança. Mas como vimos, na situação descrita (situação 1), não teve de fato uma resolução total, a leitura final foi de prevalência da ação do menino, assim, contribuindo para o comportamento estereotipado de dominação masculina sobre a feminina.

Dessa maneira, através de seu posicionamento, podemos notar inicialmente, que o conceito de gênero para professora está ligado a uma concepção binária que, de acordo com Scott (1995), é apresentada pela sociedade por meio de pensamentos dicotômicos em torno dos gêneros, levando homens e mulheres, nesse caso, meninos e meninas a se relacionarem por meio de uma lógica de dominação do primeiro sobre o segundo indivíduo. Assim, presenciamos um movimento de poder que também está presente na concepção da professora e dá conta de expor a desigualdade que, na maioria das vezes, privilegia os meninos e violenta as meninas, através do silenciamento e da opressão (LOURO, 1997).

Em outra situação presenciada na sala de aula, situação 2, a professora se mostra avessa à divisão “natural²”, das crianças com base no gênero e aqui entendemos que sua prática contribui para o empoderamento das meninas. Isso ocorre quando ao propor uma atividade que traz um jogo pedagógico (a ser desenvolvido em grupo), como estratégia para sua realização, os meninos começaram a se agrupar e conversar entre si, um dos meninos disse: -“*Vamo fazer junto*”. Sinalizando aos demais meninos para se aproximarem. Continuou -“*Vamo fazer melhor!*”, outro completa, -“*Vamo ganhar das meninas!*” A professora intervêm dizendo: -*Não é um jogo para ver quem é melhor. Aqui, ninguém é melhor. Estamos todos para aprender.* Em seguida ela reorganiza os grupos de maneira aleatória (sem agrupar necessariamente por gênero) e mesmo em meio às reivindicações por parte das meninas e dos meninos para que fossem preservados os grupos escolhidos antes que porventura eram formados em sua maioria uns só por meninos e outros só por meninas, ela mantém seu posicionamento inicial. Para justificar o porquê da reorganização ela explica:

Procuo não reforçar a preferência natural na busca por pares. Busco desencorajar a competição estimulando a cooperação. E também, procuro dividir os grupos por nível de desenvolvimento, se deixo à vontade, eles se juntam aos que acreditam que sabem mais (PROFESSORA).

Diferentemente do que ocorreu na situação 1, aqui a professora se mostra atenta e contribui implicitamente para o empoderamento das meninas, ao não permitir que essas sejam deixadas em segundo plano, pelos meninos, que ao se organizarem em grupo, tinham como motivação inicial só vencer das meninas, evidenciando a competitividade como forma de intimidá-las. Mas, a professora não permite que isso ocorra e deixa clara a ideia de uma equidade entre elas e eles.

² Palavra usada pela professora para definir a formação de grupos onde meninas se agrupam com meninas e vice-versa.

Como forma de reforçar seu posicionamento ela reorganiza os grupos de maneira a evidenciar assim as meninas, ao não permitir o controle por parte dos meninos e ao propor a resolução da atividade sobre a colaboração de ambos. Com isso, ela possibilita o empoderamento das meninas ainda que de forma implícita por meio do espaço que lhes é dado.

Ao tratar as meninas e meninos como iguais a professora nos passa a ideia de equivalência, ou de equidade, contrariando a lógica socialmente construída de que os homens detêm o poder sobre as mulheres (LOURO, 1997), o que também pode ser notado durante a entrevista, quando ela afirma não fazer generalizações entre os comportamentos de meninas e os de meninos, como forma de não reforçar essas construções que elas e eles trazem do seu cotidiano.

Evito criticar e dar bronca nos meninos, tipo, você parece uma menina. Evito chamar a atenção das meninas com frases como, você é bagunceira como um menino. São tipos de situações que só reforça a percepção que eles já carregam, de forma negativa (PROFESSORA).

Na análise sobre as estratégias de aprendizagens para a liberdade de expressão nos pensamentos/comportamentos, a docente através de sua prática, traz elementos que oportunizam agora, uma percepção de sua compreensão das relações de desigualdades de gênero nas crianças na sala de aula. Através de uma concepção relacional, Scott (1990), ela abre espaço ainda que de forma discreta para as ações das meninas, pois não polarizando os gêneros, garante nesse momento o empoderamento delas. Isso é evidenciado quando tenta minimizar as desigualdades de comportamento dominador naturalizado socialmente nos meninos, como visto na situação 2.

4 - CONCLUSÕES

Os conflitos são intrínsecos as relações, são inerentes nos processos de aprendizagens dentro e fora da escola para meninas e meninos desde bem pequenos, interferem diretamente nas construções das identidades de ambos, então, suas resoluções também precisam ser bem definidas para não haver uma má interpretação, e assim, evidenciar uma/um em detrimento da/do outra/outro como vimos na situação 1.

Portanto, através do que foi discutido as práticas pedagógicas são percebidas como elementos que contribuem na construção do empoderamento das meninas, mas, requer nossa reflexão coletiva e permanente, afinal, é natural que as crianças meninas continuem sendo

menosprezadas em suas opiniões e desejos? Louro (1997), nos faz pensar que nosso olhar deve se voltar para as práticas cotidianas, pois perpassam todas e todos as/os envolvidos.

São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizadas que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural” (p.63).

A categoria central que surge no decorrer da pesquisa é a interferência do posicionamento da professora ainda que de forma sutil no empoderamento das meninas, visto que em diversas situações em sala, haviam intervenções diretas e/ou indiretas por parte dela. Porém, são ações que requerem nossa reflexão, a forma como ela aborda ou se posiciona, contendo ou só tentando evitar situações, não se mostrava eficaz, uma vez que percebemos a recorrência das situações, talvez devido as oscilações nas estratégias por ela utilizadas para o enfrentamento de cada situação.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola.** – 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2017

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 02 junho de 2018

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024** : Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015. 404 p. : il. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>. Acesso em 05 de junho de 2018

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em 20 de maio de 2018

CARLOTO, Maria Cássia. O Conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista.** Londrina, v. 3, n. 2, 2001

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. Apresentação, in:____.(orgs.). **Sociologia da Infância no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2011

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista / Guacira Lopes Louro – Petrópolis, RJ: 6ª ed. 1997

MINAYO, Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 34ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 9ª. ed. rev. e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006

MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil.** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul. / dez. 1995, p. 71-99

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001